



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
PARAÍBA**



## **ACORDO GERAL DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA**

ENTRE A

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

E O

**CENTRO DE INVESTIGAÇÕES E ESTUDOS SUPERIORES EM  
ANTROPOLOGIA**

**A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**, a seguir denominada UFPB, uma instituição de Ensino Superior reconhecida pela Lei Federal nº 3.835, de 13 de Dezembro de 1960, CNPJ nº 24.098.477/0001-10, ([www.ufpb.br](http://www.ufpb.br)) cuja reitoria se encontra na Cidade Universitária – Campus I – Prédio da Reitoria – Castelo Branco – 58.051-900 – João Pessoa – Paraíba – Brasil, legalmente representada por sua Reitora, Professora Doutora **Margareth de Fátima Formiga de Melo Diniz**, legitimada para este ato em virtude das atribuições que tem conferido segundo a publicação no Diário Oficial da União, seção 02, edição 217, p. 01, de 11 de novembro de 2016.

E o Centro de Investigações e Estudos Superiores em Antropologia Social a seguir denominada CIESAS, Organismo Público Descentralizado com personalidade jurídica e patrimônio próprio instituído mediante Decreto Presidencial publicado no Diário Oficial da Federação em 12 de Setembro de 1980; reestruturado como Centro Público de Investigação com data de 11 de Agosto de 2000, mediante decreto publicado no Diário Oficial da federação em 29 de Agosto de 2000 e reestruturado novamente de acordo com a Lei de Ciência y Tecnologia em 15 de Outubro de 2006, mediante decreto publicado no Diário Oficial da Federação em 13 de Outubro de 2006; de RFC, CIE800912J23, com sede em Calle Juárez nº 87, Col. Tlalpan, Cd. De México, devidamente representado por seu Diretor Geral, **Dr. Fernando Ignacio Salmerón Castro**; designado pelo Ponto 3 da Ordem do Dia da Ata da Segunda Sessão Extraordinária do ano de 2019, da Junta do Governo do Centro de Investigação e Estudos Superiores em Antropologia Social, celebrado em treze de maio de dois mil e dezenove na Cidade do México, na qual foi protocolada perante o tabelião público No. 190 do Distrito Federal, licenciado David F. Dávila Gómez, mediante escritura pública número 28,308, livro 452, da data de 20 de junho de 2019. O qual a seguir e para todos os fins e consequências do presente convênio se denominará **CIESAS**.

Considerando que o desenvolvimento da cooperação acadêmica, científica e cultural é benéfico para ambas às instituições, e desejando reforçar essa cooperação, a UFPB e o CIESAS, concordam em celebrar o presente Acordo Geral de Cooperação que se regerá pelas seguintes



## CLÁUSULAS

**PRIMEIRA** – As instituições parceiras acordam que o objeto do presente instrumento é o estabelecimento das bases gerais para a cooperação em todas as áreas do ensino, extensão e da pesquisa consideradas de interesse mútuo.

**SEGUNDA** – Com o fim de executar a cláusula anterior, as partes aceitam que poderão considerar as seguintes formas de cooperação:

- a) Intercâmbio de professores, pesquisadores, pessoal administrativo e estudantes de todos os ciclos;
- b) Desenvolvimento conjunto de atividades de ensino e pesquisa;
- c) Organização e participação em seminários, conferências, oficinas e outros encontros acadêmicos;
- d) Publicação conjunta de relatórios de pesquisa, artigos, livros, etc.;
- e) Intercâmbio de material e publicações acadêmicas;
- f) Realização de programas de dupla titulação ou titulação conjunta em co-tutela de tese, obedecida a legislação de cada instituição, assim como co-orientações conjuntas (de docentes das duas instituições) de discentes;
- g) E o que mais acordarem as partes.

**TERCEIRA** – Cada forma de cooperação estabelecida com base na cláusula anterior deverá ser formalizada através de convênios específicos anexados ao presente, e deverão conter: programação, pessoal participante, recursos necessários, financiamento, procedimentos de avaliação e sequencia das atividades programadas, assim como todos os dados e documentos necessários para determinar os fins e objetivos de cada um dos convênios específicos.

**QUARTA** – As atividades desenvolvidas com base no presente Acordo Acadêmico terão a supervisão e coordenação dos responsáveis pela área internacional de cada instituição, ou por aqueles oficialmente designados para representa-las.

**QUINTA** – As partes poderão recorrer a instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, para a obtenção dos recursos necessários para financiar, total ou parcialmente, o desenvolvimento das atividades que se realizem sob o marco do presente convênio, quando o considerarem necessário.

**SEXTA** – As partes acordam expressamente manter a confidencialidade da informação e dos produtos que resultem dos projetos de pesquisa, assim como de toda a informação que não seja de domínio público e a que poderiam ter acesso no marco deste documento.

**SÉTIMA** – As partes concordam que as publicações de diversas categorias (artigos, folhetos, etc.), assim como as coproduções e difusões objeto do presente instrumento, se realizarão de comum acordo.

Da mesma forma, concordam que a titularidade dos direitos de propriedade intelectual e industrial que resultem das ações desenvolvidas no marco do presente convênio, corresponderá à parte cujo pessoal tenha realizado o trabalho. Se for produto de um trabalho conjunto, as partes dividirão a titularidade dos direitos de acordo com sua participação nas atividades. Em todos os momentos, as partes outorgarão o devido reconhecimento às pessoas que participaram no desenvolvimento das mesmas.

No caso em que uma das partes deseje utilizar a informação ou resultados de uma investigação proporcionada pela outra parte em uma publicação própria, deverá solicitar previamente a esta, uma autorização escrita e ajustar-se às disposições legais da matéria.

Fica expressamente entendido que as partes poderão utilizar-se dos resultados obtidos nas atividades amparadas pelo presente instrumento, em suas tarefas acadêmicas e para fins de difusão, desenvolvimento institucional e aprovação acadêmica que corresponda.

**OITAVA** – As partes concordam que os funcionários ou membros de cada uma delas que sejam designados para a realização conjunta de qualquer ação, continuarão de forma absoluta sob a direção ou dependência da parte com a qual tenham estabelecido sua relação trabalhista, independentemente de estar prestando seus serviços em instalações da outra instituição para a qual foram designados, por fim, cada uma delas assumirá sua responsabilidade e, em nenhum caso serão consideradas empregadores solidários ou substitutos. Se na realização de um programa intervenham pessoas que prestem seus serviços a instituições ou pessoas distintas às partes, estas sempre continuarão sob a direção e dependência das referidas instituições ou pessoas, uma vez que sua intervenção não produzirá relação de trabalho nem com a UFPB e nem com a CIESAS.

**NONA** – Fica expressamente acordado que nenhuma das partes terá responsabilidade civil por danos e prejuízos que possam ocorrer por motivo de força maior ou casos fortuitos que possam impedir a continuidade das atividades previstas no presente convenio ou seus instrumentos derivados, podendo ser retomadas nas mesmas condições e circunstâncias quando desaparecerem as causas que motivaram sua suspensão, até sua conclusão total.

**DÉCIMA** – O presente Acordo entrará em vigor na data de sua assinatura e terá uma duração de cinco anos. As prorrogações anuais serão automáticas se nenhuma das instituições comunica à outra, por escrito e com três meses de antecedência, que não deseja continuar com o Acordo.

**DÉCIMA PRIMEIRA** – O presente acordo é assinado num espírito de boa fé e cooperação, razão pela qual as instituições convenientes concordam em resolver, de forma amigável, qualquer controvérsia advinda da interpretação, formalização e cumprimento do mesmo. Caso a questão não possa ser resolvida, a disputa será submetida a uma arbitragem. Cada instituição designará um membro do comitê de arbitragem e um terceiro membro será escolhido por mútuo consentimento.

Os representantes das instituições assinam o presente Acordo Geral de Cooperação em quatro vias originais, sendo duas (2) em português, e duas (2) em espanhol de igual forma e teor, no local e data indicados.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE INVESTIGAÇÕES E ESTUDOS  
SUPERIORES EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

  
Dra. Margareth de Fátima Formiga M.  
Diniz

Reitora



Dr. Fernando Ignacio Salmerón Castro  
Diretor Geral

João Pessoa, 15/07/2019

Cidade do México, 15/08/2019





**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
PARAÍBA**



## **ACUERDO GENERAL DE COOPERACIÓN ACADÉMICA**

ENTRE LA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

Y EL

**CENTRO DE INVESTIGACIONES Y ESTUDIOS SUPERIORES EN  
ANTROPOLOGÍA SOCIAL**

**LA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PARAÍBA**, en lo sucesivo denominada UFPB, una institución de enseñanza superior, reconocida a través de la Ley Federal 3.835, con fecha 13 de Diciembre 1960, CNPJ N° 24.098.477/0001-10 ([www.ufpb.br](http://www.ufpb.br)) cuya oficina central está ubicada en Cidade Universitária - Campus I - Prédio da Reitoria, 1º andar - Castelo Branco - 58.059-900 - João Pessoa - Paraíba - Brasil, legalmente representada en este acto por su Rectora Profesora Doctora **Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz**, en virtud de las atribuciones que tiene conferidas según la publicación en el *Diário Oficial da União*, sección 02, edición 216, p. 01, de 08 de noviembre de 2012;

Y de otra, **EL CENTRO DE INVESTIGACIONES Y ESTUDIOS SUPERIORES EN ANTROPOLOGÍA SOCIAL (CIESAS)**, Organismo Público Descentralizado con personalidad jurídica y patrimonio propio creado mediante Decreto Presidencial publicado en el Diario Oficial de la Federación el 12 de Septiembre de 1980; reestructurado como Centro Público de Investigación con fecha 11 de Agosto del 2000, mediante decreto publicado en el Diario Oficial de la federación el 29 de Agosto del 2000 y reestructurado nuevamente de acuerdo a la Ley de Ciencia y Tecnología el 5 de Octubre de 2006, mediante decreto publicado en el Diario Oficial de la Federación el 13 de Octubre de 2006; teniendo como RFC. CIE800912J23, con sede en Calle Juárez n° 87, Col. Tlalpan, Cd. De México, debidamente representado por su Director General, **Dr. Fernando Ignacio Salmerón de Castro**; designado en el Punto 3 de la Orden del Día del Acta de la Segunda Sesión Extraordinaria del año 2019, de la Junta de Gobierno del Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, celebrada el trece de mayo de dos mil diecinueve en la Ciudad de México, la cual fue protocolizada ante el Notario Público No. 190 del Distrito Federal, licenciado David F. Dávila Gómez, mediante escritura pública número 28,308, libro 452, de fecha 20 de junio de 2019. La cual en lo adelante y para todos los fines y consecuencias del presente convenio se denominará **CIESAS**.

Considerando que el desarrollo de la cooperación académica, científica y cultural es benéfico para ambas las instituciones, y deseando reforzar esa cooperación, la UFPB y el CIESAS acuerdan en celebrar el presente Acuerdo General de Cooperación que se registrará por las siguientes



## CLÁUSULAS

**Primera** – Las instituciones partes acuerdan que el objeto del presente instrumento es para establecer las bases generales para la cooperación en todas las áreas de la enseñanza, extensión y de la investigación consideradas de interés mutuo.

**Segunda** – A fin de ejecutar la cláusula anterior, las partes acuerdan que podrán considerar las siguientes formas de cooperación.

- a) Intercambio de profesores, investigadores, personal administrativo y estudiantes de grado y postgrado, incluyendo doctorandos;
- b) Desarrollo conjunto de actividades de enseñanza e investigación;
- c) Organización y participación en seminarios, conferencias, talleres y otros encuentros académicos;
- d) Publicación conjunta de resultados de investigación, artículos, libros, etc.;
- e) Intercambio de material y publicaciones académicas;
- f) Realización de programas de doble titulación o titulación conjunta en co-tutela de tesis, de acuerdo a la legislación y normativa de cada institución.
- g) Las demás que acuerden las partes.

**Tercera** – Cada forma de cooperación establecida en base a la cláusula anterior deberá formalizarse a través de convenios específicos adjuntos al presente, y deberán contener: programación, personal participante, recursos necesarios, financiación, procedimientos de evaluación y secuencia de las actividades programadas, así como todos los datos y documentos necesarios para determinar los fines y objetivos de cada uno de los convenios específicos.

**Cuarta** – Las actividades realizadas en base al presente acuerdo académico tendrán la supervisión y coordinación de las personas responsables por el área internacional de cada institución, o por aquellos oficialmente designados para que las representen.

**Quinta** – Las partes podrán gestionar ante instituciones públicas o privadas nacionales o internacionales, la obtención de recursos necesarios para financiar, total o parcialmente, el desarrollo de las actividades que se realicen en el marco del presente convenio, cuando lo consideren necesario.

**Sexta** – Las partes acuerdan expresamente mantener confidencialidad de la información y productos que surjan de los proyectos de investigación, así como de toda la información que no sea del dominio público y a la que podrían tener acceso en el marco de este documento.

**Séptima** – Las partes convienen en que las publicaciones de diversas categorías (artículos, folletos, etc.), así como las coproducciones y difusión objeto del presente instrumento, se realizará de común acuerdo.

Asimismo, convienen en que la titularidad de los derechos de propiedad intelectual e industrial que resulten de las acciones desarrolladas en el marco del presente convenio, corresponderá a la parte cuyo personal haya realizado el trabajo. Si son producto de un trabajo conjunto, las partes compartirán la titularidad de los derechos de acuerdo con su participación en las actividades. En todo momento las partes otorgarán el debido reconocimiento a las personas que participaron en el desarrollo de las mismas.

Para el caso de que alguna de las partes deseara utilizar en una publicación propia la información o resultados de una investigación proporcionada por la otra parte, deberá solicitar previamente a ésta una autorización escrita y ajustarse a las disposiciones legales en la materia. Queda expresamente entendido que las partes podrán utilizar los resultados

obtenidos en las actividades amparadas por el presente instrumento, en sus tareas académicas y para los fines de difusión, desarrollo institucional y superación académica que corresponda.

**Octava** – Las partes acuerdan que el personal o los miembros de cada una de ellas que sean designados para la realización conjunta de cualquier acción, continuará en forma absoluta bajo la dirección o dependencia de la parte con la que tenga establecida su relación laboral, independientemente de que sus servicios se presten en las instalaciones de la parte a la que fue asignada, por ende, cada una de ellas asumirá su responsabilidad por este concepto y en ningún caso se considerarán patrones solidarios o sustitutos. Si en la realización de un programa interviene personal que preste sus servicios a instituciones o personas distintas a las partes, éste continuará siempre bajo la dirección y dependencia de dicha institución o persona, por lo que su intervención no originará relación de carácter laboral ni con UFPB ni con CIESAS.

**Novena** – Queda expresamente pactado que ninguna de las partes tendrá responsabilidad civil por daños y perjuicios que pudiesen causarse recíprocamente por causas de fuerza mayor o casos fortuitos que pudieran impedir la continuación de las actividades previstas en el presente convenio o sus instrumentos derivados, pudiendo reanudarse en las mismas condiciones y circunstancias cuando desaparezcan las causas que motivaron su suspensión hasta su total conclusión.

**Décima** – El presente Acuerdo entrará en vigor en la fecha de su firma y tendrá una duración de cinco años. Las prórrogas anuales se llevarán a cabo de forma automática si ninguna de las dos instituciones comunica a la otra por escrito y tres meses antes de ese momento, que no desea continuar con el Acuerdo.

**Décima primera** – El presente acuerdo se suscribe en un espíritu de buena fe y cooperación, razón por la cual las instituciones signatarias acuerdan resolver, por consulta amistosa, cualquier controversia derivada de la interpretación, formalización y cumplimiento del presente Acuerdo. En el caso de que no se pueda resolver la cuestión, la disputa se someterá a un arbitraje. Cada institución designará un miembro del comité de arbitraje y un tercer miembro se elegirá de común acuerdo.

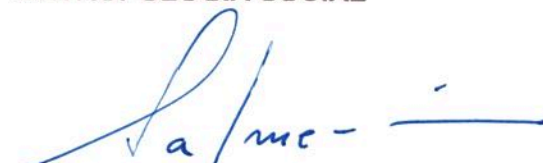
Los representantes de las instituciones firman el presente Acuerdo General de Cooperación, elaborado en cuatro ejemplares originales, dos (2) en español y dos (2) en portugués, de igual forma y validez, en el lugar y fecha indicados.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

**CENTRO DE INVESTIGACIONES Y  
ESTUDIOS SUPERIORES EN  
ANTROPOLOGÍA SOCIAL**

  
**Dra. Margareth de Fátima Formiga M.  
Diniz**

**Rectora**

  
**Dr. Fernando Ignacio Salmerón  
Castro**  
**Director General**

João Pessoa, 15/07/2019

Ciudad de México, 15/08/2019





**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
PARAÍBA**



**CONVÊNIO ESPECÍFICO PARA O INTERCÂMBIO DE  
ESTUDANTES E PROFESSORES**

ENTRE A

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

E o

**CENTRO DE INVESTIGACIONES Y ESTUDIOS SUPERIORES  
EN ANTROPOLOGÍA SOCIAL**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**, a seguir denominada UFPB, uma instituição de Educação Superior reconhecida pela Lei Federal nº 3.835, de 13 de Dezembro de 1960, CNPJ nº 24.098.477/0001-10, ([www.ufpb.br](http://www.ufpb.br)) cuja reitoria se encontra na Cidade Universitária – Campus I – Prédio da Reitoria – Castelo Branco – 58.051-900 – João Pessoa – Paraíba – Brasil, legalmente representada por sua Reitora, Professora Doutora **Margareth de Fátima Formiga de Melo Diniz**, legitimada para este ato em virtude das atribuições que tem conferido segundo a publicação no Diário Oficial da União, seção 02, edição 217, p. 01, de 11 de novembro de 2016.

E o Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social a seguir denominada CIESAS, Organismo Público Descentralizado com personalidade jurídica e patrimônio próprio instituído mediante Decreto Presidencial publicado no Diário Oficial da Federação em 12 de Setembro de 1980; reestruturado como Centro Público de Investigação com data de 11 de Agosto de 2000, mediante decreto publicado no Diário Oficial da federação em 29 de Agosto de 2000 e reestruturado novamente de acordo com a Lei de Ciência y Tecnología em 15 de Outubro de 2006, mediante decreto publicado no Diário Oficial da Federação em 13 de Outubro de 2006; de RFC, CIE800912J23, com sede em Calle Juárez nº 87, Col. Tlalpan, Cd. De México, devidamente representado por seu Diretor Geral, **Dr. Fernando Ignacio Salmerón Castro**; designado pelo Ponto 3 da Ordem do Dia da Ata da Segunda Sessão Extraordinária do ano de 2019, da Junta do Governo do Centro de Investigação e Estudos Superiores em Antropologia Social, celebrado em treze de maio de dois mil e dezenove na Cidade do México, na qual foi protocolada perante o tabelião público No. 190 do Distrito Federal, licenciado David F. Dávila Gómez, mediante escritura pública número 28,308, livro 452, da data de 20 de junho de 2019. O qual a seguir e para todos os fins e consequências do presente convênio se denominará **CIESAS**.

Com a finalidade de reforçar a cooperação entre as instituições e contribuir assim para os objetivos de internacionalização dos estudos que oferecem, assinam de comum acordo, com base no Acordo Geral de Cooperação, o presente Convênio Específico para o intercâmbio de estudantes e professores, de acordo com as seguintes:

*m*

*J*



## CLÁUSULAS

### PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente documento tem como objetivo estabelecer as condições que regerão o programa de intercâmbio de estudantes e professores visitantes entre a UFPB e o CIESAS.

### SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Os intercâmbios de estudantes terão a duração mínima de um semestre e máxima de um ano acadêmico (dois semestres). Qualquer alteração deverá ser acordada por escrito entre as partes.
2. Todos os selecionados ao programa de intercâmbio deverão, obrigatoriamente, possuir o nível acadêmico e linguístico exigidos pela instituição acolhedora.
3. As candidaturas serão apresentadas através dos órgãos responsáveis pela gestão dos intercâmbios internacionais em cada instituição. Em nenhum caso se admitirão candidaturas diretas dos interessados.
4. Todos os alunos participantes do intercâmbio devem se registrar e pagar a matrícula correspondente na instituição de origem e estarão isentos do pagamento da mesma na instituição acolhedora.
5. Todas as despesas referentes a transporte, seguros, alojamento, alimentação, livros e gastos pessoais serão de responsabilidade dos participantes do intercâmbio.
6. Todos os participantes nos programas de intercâmbio, nos termos deste convênio, seguirão as exigências da imigração do país da instituição de destino e deverão, antes do início da viagem, contratar um seguro internacional de vida e de cobertura médico-hospitalar adequado, que lhes forneça os serviços e a atenção de saúde necessária, válida para todo o período de duração de sua mobilidade.

### TERCEIRA – INTERCÂMBIO DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO

#### 1. Número de estudantes

(a) O número de estudantes intercambistas deve limitar-se a dois (2) por ano acadêmico, (equivalente a quatro alunos/semestre), existindo a possibilidade de que um número maior possa ser aceito, mediante acordo prévio entre as partes e considerando a reciprocidade;

(b) Ambas as instituições revisarão anualmente o número de estudantes de intercâmbio e procurarão ajustá-lo de modo a obter um equilíbrio durante o período de vigência do programa;

#### 2. Seleção de participantes e admissão

(a) Poderão participar do programa de intercâmbio, os estudantes que estejam regularmente matriculados nos cursos de licenciatura ou bacharelado oferecidos por ambas às instituições durante o período de realização do intercâmbio.

(b) A instituição de origem selecionará os candidatos que participarão do programa de intercâmbio segundo seus próprios critérios, o desempenho acadêmico e o nível de estudos alcançado pelos candidatos;





(c) A instituição acolhedora se reserva o direito de tomar a decisão final sobre a admissão de cada estudante indicado para o intercâmbio após a comprovação dos requisitos solicitados, considerando o equilíbrio entre o número de estudantes enviados e recebidos e a disponibilidade de vagas.

(d) Uma vez aceitos pela instituição acolhedora, os estudantes de intercâmbio terão os mesmos direitos e obrigações que qualquer aluno da universidade de acolhimento.

### **3. Coordenação**

(a) As atividades desenvolvidas com base no presente Convênio terão a coordenação dos responsáveis pelo setor de relações internacionais em cada instituição ou daqueles oficialmente designados para representá-los;

(b) Cada ano, as instituições definirão, com suficiente antecedência, a data da inscrição para seu programa de intercâmbio, bem como o número e as condições das vagas a serem oferecidas.

### **4. Compromissos Acadêmicos**

(a) Os estudantes participantes do programa, ao serem admitidos pela instituição acolhedora, têm o direito de se matricular como alunos sem direito à respectiva titulação nos cursos regulares oferecidos pela instituição receptora e por um período máximo de um ano acadêmico (2 semestres) e pelo número máximo de créditos permitido em cada instituição, estando sujeitos ao mesmo regime acadêmico que os demais estudantes matriculados em tais cursos. Todos os estudantes de intercâmbio deverão cumprir as leis do país de destino;

(b) As instituições parceiras no presente Convênio têm o direito de limitar, em coordenação com as Faculdades ou Escolas envolvidas, as disciplinas que podem ser oferecidas ao(s) aluno(s) de intercâmbio, caso seja conveniente, a fim de facilitar o reconhecimento acadêmico recíproco dos estudos realizados;

(c) Os estudantes de intercâmbio poderão cursar qualquer programa acadêmico oferecido pela instituição receptora, sempre e quando se disponha de vagas, exceção feita a programas com matrícula limitada. Qualquer crédito acadêmico obtido na instituição acolhedora poderá ser transferido para a instituição de origem, conforme os procedimentos estabelecidos pela mesma e o programa específico de estudos. A instituição acolhedora orientará academicamente e informará sobre os programas de estudo pertinentes conforme corresponda;

(d) No caso em que o aluno de intercâmbio conte com um plano de estudos acadêmicos, previamente assinado e carimbado por ambas as instituições, a instituição receptora deverá permitir o aluno se matricular em todas as disciplinas incluídas no mesmo, salvo se a disciplina não for oferecida naquele semestre acadêmico específico ou se observe choque de horários. Em qualquer dos casos a instituição de origem deverá ser informada da necessidade de alteração no plano de estudos.

### **5. Avaliação**

(a) Ao final do período de estudos, a instituição acolhedora emitirá um histórico escolar para cada aluno de intercâmbio, especificando o número de créditos cursados, a duração do curso e as notas obtidas;

(b) Cada uma das instituições aceitará os estudos realizados na outra como equivalentes aos seus próprios, dentro dos limites que estabeleça a legislação vigente em cada país e a normativa própria de cada instituição. Qualquer crédito acadêmico obtido na instituição acolhedora pode ser transferido para a instituição de origem, porém o reconhecimento ficará a cargo da última;

(c) A instituição acolhedora se reserva o direito de excluir o estudante cujo rendimento acadêmico ou conduta sejam violadores das regras da instituição ou país acolhedor. A instituição acolhedora deverá informar à instituição de origem sobre as circunstâncias antes de aplicar tal medida. Ambas as instituições concordam que não haverá substituição de estudantes que não terminarem o intercâmbio.

## **6. Alojamento e Serviço de Apoio**

(a) A instituição de acolhimento prestará aos estudantes recebidos no âmbito do presente programa de intercâmbio a ajuda necessária na procura de um alojamento apropriado, bem como lhes proporcionará apoio e orientação adequada para o perfeito desenvolvimento de sua estadia;

(b) Os estudantes de intercâmbio terão direito na instituição acolhedora de acessar e utilizar os serviços que esta ofereça nas mesmas condições que seus próprios estudantes. A instituição receptora informará devidamente aos estudantes de intercâmbio acerca da disponibilidade de tais serviços.

## **QUARTA - INTERCÂMBIO DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO**

O número de estudantes, bem como todas as especificações para o intercâmbio de estudantes de pós-graduação deverão ser definidas por acordo mútuo entre as partes, caso a caso, através do documento correspondente.

## **QUINTA - INTERCÂMBIO DE PROFESSORES E PESQUISADORES**

(a) O intercâmbio de professores e pesquisadores visitantes para participar em programas de formação, estudos e desenvolvimento de projetos conjuntos, deverá ser realizado conforme o Programa de Trabalho encaminhado e aprovado por escrito pelas partes;

(b) Os professores e pesquisadores assumirão todos os gastos com transporte, alojamento, refeições e seguros de saúde, inclusive gastos adicionais incorridos pelo cônjuge ou dependentes, se for o caso;

(c) Os professores e pesquisadores devem desfrutar de vantagens idênticas às dos seus colegas da instituição de acolhimento;

(d) Ambas as instituições facilitarão e apoiarão os pedidos de recursos a organismos nacionais e internacionais que possam colaborar no financiamento deste intercâmbio.

## **SEXTA – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

As instituições convenientes concordam em resolver, de forma amigável, qualquer controvérsia advinda da interpretação do presente convênio. Caso a questão não possa ser resolvida, a disputa será submetida a arbitragem. Cada instituição designará um membro do comitê de arbitragem e um membro será escolhido por mútuo consentimento.

## **SÉTIMA – VIGÊNCIA**

O presente Acordo entrará em vigor na data de sua assinatura e terá uma duração de cinco anos. As prorrogações anuais serão automáticas se nenhuma das instituições comunica à outra, por escrito e com três meses de antecedência, que não deseja continuar com o Acordo.

#### OITAVA – RESPONSABILIDADE CIVIL

Fica expressamente acordado que nenhuma das partes terá responsabilidade civil por danos ou prejuízos que possam ser causados reciprocamente por força maior ou casos fortuitos que possam impedir a continuação das atividades previstas neste Convênio Específico, podendo ser retomadas até sua total conclusão, nas mesmas condições e circunstâncias, quando do desaparecimento das causas que motivaram sua suspensão. Por estarem de acordo, as instituições assinam o presente Convênio de Intercâmbio de estudantes e professores elaborado em quatro (4) exemplares, sendo dois (2) em português e dois (2) em espanhol, de igual forma e teor.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE INVESTIGACIONES Y  
ESTUDIOS SUPERIORES EN  
ANTROPOLOGIA SOCIAL

  
Dra. Margareth de Fátima Formiga M.  
Diniz  
Reitora

  
Dr. Fernando Ignacio Salmerón Castro  
Diretor Geral

Data 15/07/2019

Data 15/08/2019





**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
PARAÍBA**



**CONVENIO ESPECÍFICO PARA EL INTERCAMBIO DE  
ESTUDIANTES Y PROFESORES  
ENTRE LA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
Y EL  
CENTRO DE INVESTIGACIONES Y ESTUDIOS SUPERIORES  
EN ANTROPOLOGÍA SOCIAL**

**LA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**, en lo sucesivo denominada UFPB, una institución de enseñanza superior, reconocida a través de la Ley Federal 3.835, con fecha 13 de Diciembre 1960, CNPJ N° 24.098.477/0001-10 ([www.ufpb.br](http://www.ufpb.br)) cuya oficina central está en Cidade Universitária - Campus I - Prédio da Reitoria, 1º andar - Castelo Branco - 58.059-900 - João Pessoa - Paraíba - Brasil, legalmente representada en este acto por su Rectora Profesora Doctora **Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz**, por las atribuciones que tiene conferidas según la publicación en el *Diário Oficial da União*, sección 02, edición 216, p. 01, de 08 de noviembre de 2012;

Y de otra, **EL CENTRO DE INVESTIGACIONES Y ESTUDIOS SUPERIORES EN ANTROPOLOGÍA SOCIAL (CIESAS)**, Organismo Público Descentralizado con personalidad jurídica y patrimonio propio creado mediante Decreto Presidencial publicado en el Diario Oficial de la Federación el 12 de Septiembre de 1980; reestructurado como Centro Público de Investigación con fecha 11 de Agosto del 2000, mediante decreto publicado en el Diario Oficial de la federación el 29 de Agosto del 2000 y reestructurado nuevamente de acuerdo a la Ley de Ciencia y Tecnología el 5 de Octubre de 2006, mediante decreto publicado en el Diario Oficial de la Federación el 13 de Octubre de 2006; teniendo como RFC. CIE800912J23, con sede en Calle Juárez nº 87, Col. Tlalpan, Cd. De México, debidamente representado por su Director General, **Dr. Fernando Ignacio Salmerón Castro**; designado en el Punto 3 de la Orden del Día del Acta de la Segunda Sesión Extraordinaria del año 2019, de la Junta de Gobierno del Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, celebrada el trece de mayo de dos mil diecinueve en la Ciudad de México, la cual fue protocolizada ante el Notario Público No. 190 del Distrito Federal, licenciado David F. Dávila Gómez, mediante escritura pública número 28,308, libro 452, de fecha 20 de junio de 2019. La cual en lo adelante y para todos los fines y consecuencias del presente convenio se denominará **CIESAS**.

Con el fin de reforzar la cooperación entre las instituciones y contribuir así a los objetivos de internacionalización de los estudios que en ellas se imparten, suscriben de común acuerdo,

*M*  
*J*  
  


en el marco del Acuerdo General de Cooperación, el presente Convenio Específico para el intercambio de estudiantes y profesores, de acuerdo con las siguientes:

## CLÁUSULAS

### PRIMERA – DEL OBJETO

El presente Convenio Específico tiene como objeto establecer las condiciones que regirán el programa de intercambio de estudiantes y profesores visitantes entre la UFPB y el CIESAS.

### SEGUNDA – CARACTERÍSTICAS GENERALES

1. Los intercambios de estudiantes tendrán una duración mínima de un semestre y máxima de un año académico (dos semestres). Cualquier modificación deberá ser acordada por escrito entre las partes.
2. Todos los seleccionados al programa de intercambio deberán obligatoriamente satisfacer a los niveles académicos y lingüísticos establecidos por la institución receptora.
3. Las candidaturas se presentarán a través de las oficinas responsables en cada institución de la gestión de los estudiantes de intercambio. En ningún caso se admitirán candidaturas directas de los interesados.
4. Todos los alumnos que participen en el intercambio deben registrarse y pagar la matrícula correspondiente en la institución de origen e estarán exentados del pago de las mismas en la institución receptora.
5. Todos los gastos relativos a transportes, seguros, alojamiento y comida, libros y gastos personales quedarán a cargo de los participantes en el intercambio.
6. Todos los que participen de los programas de intercambio bajo este convenio, seguirán los requisitos de inmigración del país de la institución de destino y deberán, antes de que se inicie el viaje, contratar un seguro internacional de vida y de cobertura médico-hospitalaria adecuado, que les brinde los servicios y la atención de salud necesarios, válido para todo el período de duración de su movilidad.

### TERCERA – INTERCAMBIO DE ESTUDIANTES DE LICENCIATURA O GRADO

#### 1. Número de estudiantes

(a) El número de estudiantes intercambiados debe limitarse a dos (2) por año académico (equivalente a cuatro alumnos/semestre), siendo posible que se extienda esta cifra, mediante previo acuerdo entre las partes y considerando la reciprocidad;

(b) Ambas instituciones revisarán anualmente el número de estudiantes de intercambio y buscarán ajustarlo para lograr un equilibrio durante el periodo de vigencia del programa.

## **2. Selección de participantes e admisión**

(a) Podrán participar en el programa de intercambio, los estudiantes que estén matriculados en estudios regulares de licenciatura/grado que ofrezcan las dos instituciones durante el curso en el que se realiza el intercambio;

(b) La institución de origen seleccionará los estudiantes que postularán participar en el programa teniendo en cuenta, según sus propios criterios, el desempeño académico y el nivel de estudios alcanzado por los candidatos;

(c) La institución receptora se reserva el derecho a tomar la decisión final sobre la admisión de cada estudiante nominado para el intercambio tras la comprobación de si reúne los requisitos requeridos, teniendo en cuenta la situación de reciprocidad en el número de estudiantes enviados y recibidos, y la disponibilidad de cupos;

(d) Una vez aceptados por la institución receptora, los estudiantes de intercambio tendrán los mismos derechos y obligaciones que los estudiantes propios de la institución receptora.

## **3. Coordinación**

(a) Las actividades desarrolladas en base al presente Convenio tendrán la coordinación de los responsables de las oficinas de relaciones internacionales en cada institución o aquellos quienes les representen oficialmente;

(b) Cada año las instituciones fijarán, con suficiente antelación, con respecto a las fechas la convocatoria del programa en cada institución, el número y las condiciones de los cupos que se ofrecen.

## **4. Compromisos Académicos**

(a) Los estudiantes participantes en el programa, una vez admitidos por la institución receptora, tienen el derecho a matricularse como estudiantes sin derecho a titulación en los estudios regulares ofrecidos por la institución receptora y por un periodo máximo de un curso académico (dos semestres) y por el número máximo de créditos permitido en cada institución, y se someterán al mismo régimen académico que los otros estudiantes matriculados en dichos estudios. Todos los estudiantes de intercambio deberán cumplir las leyes del país de destino;

(b) Las instituciones asociadas en el presente Convenio tienen el derecho de limitar, en coordinación con las Facultades o Escuelas involucradas, las asignaturas que se les podrá ofrecer a los alumnos de intercambio, cuando lo considere conveniente, con el fin de facilitar el reconocimiento académico recíproco de los estudios realizados;

(c) Los estudiantes de intercambio podrán cursar cualquier programa académico ofrecido por la institución de destino, siempre y cuando se disponga de los cupos y con excepción de aquellos programas con matrícula restringida. Cualquier crédito académico obtenido en la institución de destino podrá ser transferido a la institución de origen, conforme a los procedimientos establecidos por ésta y el programa específico de estudios. La institución receptora orientará académicamente e informará sobre los programas de estudio pertinentes conforme corresponda;

(d) En caso de que un alumno de intercambio cuente con un acuerdo de estudios académicos, previamente firmado y sellado por ambas instituciones, la institución receptora deberá permitir que el estudiante se inscriba en todas las asignaturas incluidas en lo mismo, excepto en el caso de que la asignatura no se ofrezca durante el semestre académico específico o cuando exista incoherencias de horario. En cualquier de los casos, la institución de origen debe ser informada en el caso de que sea necesario modificar el Acuerdo de Estudios.

## **5. Evaluación**

(a) Al final del período de estudio, la institución receptora emitirá un certificado académico de estudio parcial realizados por cada estudiante de intercambio, especificando el número de créditos cursados, la duración y las calificaciones obtenidas;

(b) Cada una de las dos instituciones aceptará los estudios realizados en la otra institución como equivalentes a sus propios, dentro de los límites que establezca la legislación vigente en cada país y la normativa propia de cada Universidad. Cualquier crédito académico obtenido en la institución anfitriona puede ser transferido a la institución de origen, sino que el reconocimiento quedará a cargo de esta última;

(c) La institución receptora se reserva el derecho de excluir al estudiante cuyo rendimiento académico o conducta fuera violatoria de las normas de la institución o del país anfitrión. La Institución receptora le informará a la institución de origen estas circunstancias antes de aplicar dicha medida. Ambas partes acuerdan que no habrá reemplazo de los estudiantes que no finalicen el intercambio.

## **6. Alojamiento y Servicios de Apoyo**

(a) La institución receptora prestará a los estudiantes que reciba en el marco del presente programa de intercambio la ayuda necesaria en la búsqueda de un alojamiento adecuado, así como les proporcionará apoyo y orientación adecuada para el óptimo desarrollo de su estancia;

(b) Los estudiantes de intercambio tendrán derecho en la institución receptora a acceder y utilizar los servicios que ésta ofrezca en las mismas condiciones que sus propios estudiantes. La institución receptora informará debidamente a los estudiantes de intercambio sobre la disponibilidad de dichos servicios.

## **CUARTA – INTERCAMBIO DE ESTUDIANTES DE POSGRADO**

El número de estudiantes, así como todas las especificaciones para el intercambio de estudiantes de posgrado se deberán definir de común acuerdo entre las partes, caso por caso a través del documento correspondiente.

## **QUINTA – INTERCAMBIO DE PROFESORES E INVESTIGADORES**

(a) El intercambio de profesores o investigadores visitantes para tomar parte en programas de formación, estudio y desarrollo de proyectos conjuntos deberá ser efectuado de acuerdo al Programa de Trabajo encaminado y aprobado por escrito por las partes;

(b) Los profesores e investigadores asumirán todos los gastos con transporte, alojamiento, comidas y seguro médico, incluyendo gastos adicionales contraídos pelo pareja o dependientes, si fuera el caso;

(c) Los profesores e investigadores deben disfrutar de ventajas iguales a las de sus colegas de la institución de acogida;

(d) Ambas instituciones facilitarán y apoyarán las solicitudes de recursos a organismos nacionales o internacionales que puedan colaborar a la financiación de este intercambio.

## **SEXTA – SOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS**

Las instituciones signatarias acuerdan resolver, de manera amigable, cualquier controversia derivada de la interpretación del presente convenio. En el caso de que no se pueda resolver la cuestión, la disputa se someterá a un arbitraje. Cada institución designará un miembro del comité de arbitraje e un tercer miembro se elegirá de común acuerdo.

## **SÉPTIMA – VIGENCIA**

El presente Acuerdo entrará en vigor en la fecha de su firma y tendrá una duración de cinco años. Las prórrogas anuales se llevarán a cabo de forma automática si ninguna de las dos instituciones comunica a la otra por escrito y tres meses antes de ese momento, que no desea continuar con el Acuerdo.

## **OCTAVA – RESPONSABILIDAD CIVIL**

Queda expresamente pactado que ninguna de las partes tendrá responsabilidad civil por daños y perjuicios que pudieran causarse recíprocamente por causas de fuerza mayor o casos fortuitos que impidieran la continuación de las actividades objeto del presente Convenio Específico, pudiendo reanudarse hasta su total conclusión, en las mismas condiciones y circunstancias cuando desaparezcan las causas que motivaron su suspensión.

Estando de acuerdo, las instituciones firman el presente Convenio para el Intercambio de estudiantes y profesores en cuatro (4) ejemplares, siendo dos (2) en español y dos (2) en portugués, de igual forma y tenor.

M



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE INVESTIGACIONES Y ESTUDIOS  
SUPERIORES EN ANTROPOLOGÍA SOCIAL

  
Dra. Margareth de Fátima Formiga M. Diniz  
Rectora

Fecha, 15/07/2019



Dr. Fernando Ignacio Salmerón de Castro  
Director General

Fecha, 15/08/2019